

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Liberal

Class.: 11

Data: 21/08/92

Pg.:

Índios também exigem terras regularizadas

Oito índios também viajam hoje a Brasília, onde ficarão até o próximo dia 27, para exigir a regulamentação de suas terras na Área Indígena Alto Rio Guamá. A reserva, com 278 mil hectares, incluindo parte dos municípios de Viseu, Paragominas e Ourém, tem hoje 40% de seu território tomados por madeireiros, posseiros e fazendeiros, que devastam a floresta e prejudicam o cultivo indígena. As terras foram demarcadas há 47 anos, ainda durante o governo de Magalhães Barata. **Página 19**

PAULA SAMPAIO



Os também vão, agora, a Brasília exigir do presidente a regularização das suas terras

Índios também pedem fim das invasões

Passados 47 anos da publicação, feita pelo então interventor do Estado do Pará, Magalhães Barata, do decreto que reservava aos índios também uma reserva de 278 mil hectares, incluindo parte dos municípios de Viseu, Paragominas e Ourem, as terras continuam sendo alvo de conflitos e indefinições. Os também, três mil índios que hoje habitam a Área Indígena Alto Rio Guamá, ainda lutam pela posse legal das terras, das quais 40% já foram invadidos por madeireiros, posseiros e fazendeiros.

Cansados de esperar, oito índios também viajam hoje para Brasília, onde até o próximo dia 30, pretendem cobrar ações concretas de organismos federais, sobre a questão da regulamentação fundiária de sua reserva e agilização da homologação das terras por parte do governo Collor. Os índios argumentam que a área definida no decreto de Magalhães Barata já está demarcada.

Ida a Brasília
Os oito índios também chegaram em Belém na última terça-feira e desde então ficaram alojados na sede da administração regional da Funai, na travessa Padre Eutíquio, elaborando, juntamente com a chefe da Divisão de Assuntos Fundiários da Funai no Pará, Regina Silva, uma agenda de compromissos, que devem ser cumpridos em Brasília, além da organização dos documentos



Na sede da Funai em Belém, os índios definiram estratégias de atuação

necessários. "A presença desses índios aqui se justifica pelo fato de que eles não podem mais esperar, pacientemente, na aldeia, as respostas às suas reivindicações, já que as terras continuam sendo devastadas por madeireiros e outros tipos de invasores", disse Regina Silva.

Segundo a técnica, a decisão de viajar a Brasília não partiu da administração regional da Funai, mas dos próprios índios que já estudavam essa possibilidade desde maio último. Os índios também alegam que 40% do território da reserva já foram tomados por madeireiros, posseiros e outros intrusos, o que reduziu as áreas para os cultivos de subsistência. A tribo planta, sobretudo, mandioca, arroz, batata e farinha.

Na entrevista coletiva que concederam ontem, na sede da Funai

em Belém, os representantes dos também disseram ainda que já foram registrados atos de violência na reserva, por parte de outros indígenas que não admitem mais a presença de invasores. "Muitas casas já foram queimadas, derrubadas, mas eles (intrusos) sempre voltam", disse o líder da aldeia Alto Rio Guamá, o índio Cremé. O índio Paxic, por sua vez, denunciou que entre as plantações feitas pelos brancos, até maconha já foi encontrada ali. "O branco suja nossa aldeia com esse tipo de coisa", observou Paxic.

Audiências

Além da Superintendência Regional da Funai, os representantes da Unespa, UFPA e Ibama colaboraram liberando recursos financeiros a fim de garantir a estadia dos índios em Brasília. Ali, eles ficarão

hospedados numa pensão, do dia 25 até o dia 27, quando devem retornar e apresentar os resultados da viagem. Na capital do Distrito Federal, eles tentarão audiência com os representantes da Coordenação de Patrimônio Indígena da Funai e com o superintendente do organismo. Irão, ainda, à Secretaria do Meio Ambiente, ao Tribunal Regional Federal, à Procuradoria Geral da República e ao Congresso Nacional. Regina Silva explicou que no TRF, os índios vão pleitear a agilização de dois processos que estão pendentes na Justiça há 13 anos: a reintegração de posse movida pela Funai contra o fazendeiro Mejer, que abriu uma estrada que passa atrás da reserva, e o interdito proibitório também movido pela Funai contra o mesmo fazendeiro.

Disputa envolve kaiapós e empresa de mineração

A Polícia Federal está aguardando a liberação de verba para dar cumprimento à liminar de manutenção de posse deferida pelo juiz Daniel Paes Ribeiro, da 4ª Vara Federal, em favor da Mineração Canopus Ltda, que explora minério numa área de 8.400 hectares na Serra Bom Jardim, em São Félix do Xingu, contra os índios Kokraimoros, da nação Kaiapó, que reivindicam a propriedade das terras.

Segundo a assessoria de imprensa da PF, uma operação desse tipo requer muitos agentes e muitos gastos para o deslocamento, pois a área é de difícil acesso. Somente quando a direção nacional do órgão liberar os recursos é que a liminar do juiz deverá ser cumprida. Enquanto isso, os guerreiros Kaiapós mantêm a área sob controle, uma vez que as atividades da empresa estão paralisadas.

Ameaças

A advogada da Mineração Canopus, com sede em São Paulo, Fernanda Guerra de Andrade, requereu liminar de manutenção de posse em 20 de março último contra a Funai e a União Federal, "em face de a empresa estar sofrendo efetiva turbação de posse por parte de índios Kokraimoros, da etnia Kaiapó, em relação às jazidas de minérios de estanho e tungstênio, e áreas em que elas se localizam, cujo direito de lavra lhe foi concedido."

Apesar de ser área devoluta, a mineradora obteve do governo federal a concessão para explorar as minas em 18 de março de 1986. Ocorre que, em 1990, os índios começaram a exigir que o governo estendesse a reserva deles até São Félix do Xingu, incluindo as jazidas, já que eles não aceitavam a demarcação oficial. Em maio de 1991 os índios aceitaram um acordo no qual passaram a receber da mineradora vestimentas e alimentos no valor mensal de mil dólares. Em novembro do mesmo ano os índios pediram o valor em dinheiro e, como a empresa não concordou, eles invadiram a mina e a ocuparam por 17 dias,

exigindo 4 mil dólares mensais.

Nova investida se deu dia 6 de janeiro deste ano, quando a ocupação durou três dias. Os guerreiros Kaiapós queriam aumentar o valor do pagamento e impuseram uma série de condições que não foram aceitas pela empresa. Assim, os índios expulsaram todos os funcionários e paralisaram a exploração mineral, alegando que a mina era deles e que não haveria mais conversa. Os índios dizem que a área é historicamente deles, pois é lá que eles caçam e perambulam e onde estão enterrados seus ancestrais.

Lucros

A posição da Funai, contra quem foi proposta a ação, e da União, é que os índios lutam pela posse da terra desde a demarcação da reserva. E que a mineradora está em área devoluta da União, não tem título de domínio, mas apenas a concessão da lavra. E ainda que as terras onde se encontram as jazidas são da União, pois constituem aldeamentos indígenas, sendo inalienáveis. Segundo a União, "basta que a mineradora ceda um pouco mais de seus lucros e volte a negociar com os índios, mas isto parece que não deseja a demandante."

Apesar de ter sido publicado somente na última quarta-feira, no Diário Oficial do Estado, o despacho do juiz federal Daniel Paes Ribeiro foi dado no dia 29 de maio. O despacho é o seguinte: "A vista do exposto defiro a expedição de mandado de manutenção de posse a fim de proteger a suplicante da turbação ou esbulho na sua posse sobre as jazidas que explora na área da Serra Bom Jardim, distrito e município de São Félix do Xingu, ora cominada aos réus a pena pecuniária de 10 milhões de cruzeiros por dia, caso transgridam o preceito. Para o integral cumprimento do mandado, autorizo a requisição de força policial para o que deve ser oficiado ao superintendente regional de Polícia Federal."